

Auditoria Compartilha nº 003/2022 - Março

Auditoria Interna <audint@ifs.edu.br>

Qua, 06/04/2022 17:24

Para: lista-geral <lista-geral@ifs.edu.br>

[View this email in your browser](#)



Auditoria Compartilha - Edição nº 003/2022

Normativos, Informativos, Capacitações e Julgados publicados em Março

NORMATIVOS INTERNOS

PORTARIAS

CRIAÇÃO DE SETOR

[PORTARIA N° 509, DE 03 DE MARÇO DE 2022](#)

Criar a Gerência de Administração, Campus Poço Redondo

PLANILHA DE PROCESSO MAIS AUTUADOS NO IFS

[PORTARIA N° 531, DE 09 DE MARÇO DE 2022](#)

Planilha de Processo mais autuados no IFS, quanto ao nível de acesso à informação.

CRIAÇÃO DE SETOR

[PORTARIA N° 554, DE 10 DE MARÇO DE 2022](#)

Criar a Coordenadoria do Curso Operador de Computador na modalidade FIC (CCOCFIC), Campus Itabaiana

BACKUP E RESTAURAÇÃO DOS DADOS

[PORTARIA N° 601, DE 15 DE MARÇO DE 2022](#)

Política de backup e restauração dos dados - IFS

CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

[PORTARIA N° 602, DE 15 DE MARÇO DE 2022](#)

Procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

PLANO DE RETOMADA ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS

[PORTARIA N° 643, DE 21 DE MARÇO DE 2022](#)

MANUAL PARA ORGANIZAÇÃO DE ARQUIVOS SETORIAIS

[PORTARIA N° 571, DE 11 DE MARÇO DE 2022](#)

Atualização do Manual para Organização de Arquivos Setoriais

PROCESSOS FÍSICOS

[PORTARIA N° 572, DE 11 DE MARÇO DE 2022](#)

Procedimentos gerais para o desenvolvimento das atividades de protocolo de processos não digitais IFS

Autoriza a Fase 4 do Plano de Retomada.

REVOGAÇÕES DE ATOS IFS

[PORTARIA N° 751, DE 29 DE MARÇO DE 2022](#)

Revogar atos normativos diversos oriundos da PRODIN- IFS

REVOGAÇÕES DE ATOS IFS

[PORTARIA N° 752, DE 29 DE MARÇO DE 2022](#)

Revogar atos normativos diversos oriundos da PROGEP- IFS

COLÉGIO DE DIRIGENTES

CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

[RECOMENDAÇÃO CD/ IFS N° 35, DE 15 DE MARÇO DE 2022](#)

Procedimentos para afastamento da sede e do país e concessão de diárias e passagens em viagens nacionais e internacionais, a serviço, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

[RECOMENDAÇÃO CD/ IFS N° 37, DE 28 DE MARÇO DE 2022](#)

Recomenda o uso do Documento referência para atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais do IFS.

REVOGAÇÕES DE ATOS IFS

[RECOMENDAÇÃO CD/ IFS N° 36, DE 25 DE MARÇO DE 2022](#)

Revogar atos normativos diversos oriundos da PROGEP- IFS.

CURSO ENERGIAS RENOVÁVEIS CAMPUS ESTÂNCIA

[RECOMENDAÇÃO CD/ IFS N° 38, DE 30 DE MARÇO DE 2022](#)

Recomenda ad referendum a implementação do PPC FIC em Eletricista de Sistemas de Energias Renováveis campus Estância.

CONSELHO SUPERIOR

AFASTAMENTO DA REITORA PARA MISSÃO

[RESOLUÇÃO CS/ IFS N° 130, DE 21 DE MARÇO DE 2022](#)

Autoriza, ad referendum, o afastamento da Reitora do IFS, Ruth Sales Gama de Andrade, para participar de missão a Portugal.

REVOGAÇÕES DE ATOS IFS

[RESOLUÇÃO CS/ IFS N° 132, DE 23 DE MARÇO DE 2022.](#)

Revogar atos normativos diversos oriundos da PROGEP- IFS.

PASSAPORTE VACINA

[RESOLUÇÃO CS/ IFS N° 131, DE 21 DE MARÇO DE 2022](#)

Alterações da resolução 134 CS/IFS que trata da comprovação vacinal no âmbito do IFS.

REVOGAÇÕES DE ATOS IFS

[RESOLUÇÃO CS/ IFS N° 133, DE 23 DE MARÇO DE 2022.](#)

Revogar atos normativos diversos oriundos da PROPEX- IFS.

COMITÊ GESTOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

REVOGAÇÕES NORMATIVAS

[DELIBERAÇÃO CGTIC/ IFS Nº 35, DE 30 DE MARÇO DE 2022](#)

Revoga, ad referendum, as deliberações CGTIC já revogadas tacitamente, em atendimento ao disposto no art 8º do Decreto 10.139

COMITÊ GESTOR DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

POLÍTICA DE BACKUP IFS

[DELIBERAÇÃO CGSIC/IFS Nº 05, DE 15 DE MARÇO DE 2022](#)

Aprova a IN 01.2022.DTI que dispõe sobre a política de backup do IFS

COMITÊ DE GOVERNANÇA, INTEGRIDADE, RISCOS E CONTROLES

PDI 2020-2024

[DELIBERAÇÃO CGIRC/ IFS Nº 14, DE 09 DE MARÇO DE 2022](#)

Aprova o guia referencial de indicadores de desempenho PDI 2020-2024.

PAT-2021

[DELIBERAÇÃO CGIRC/ IFS Nº 15, DE 09 DE MARÇO DE 2022](#)

Aprova o Relatório Final do PAT-2021.

REVOGAÇÕES NORMATIVAS

[DELIBERAÇÃO CGIRC/ IFS Nº 18, DE 25 DE MARÇO DE 2022](#)

Revoga, ad referendum, Deliberações do CGIRC-IFS, em atendimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139.

NORMATIVOS EXTERNOS

FUNDAÇÃO DE APOIO.

[PORTARIA Nº 21, DE 11 MARÇO DE 2022.](#)

Autoriza, pelo período de 1 (um) ano, a Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba - FUNETEC/PB a atuar como fundação de apoio ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe – IFS.

CREDENCIAMENTO DE CURSO.

[RESOLUÇÃO CATI Nº 288, DE 10 DE MARÇO DE 2022.](#)

MOVIMENTAÇÃO PARA COMPOSIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.

[PORTARIA ME Nº 1.535, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022.](#)

Altera a Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, do Ministério da Economia, que dispõe sobre a movimentação de servidores e empregados públicos federais para composição da força de trabalho de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.

Credenciar o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), unidade Curso de Engenharia Elétrica do Campus Lagarto, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

GESTÃO FISCAL.

[PORTARIA Nº 1.290, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2022.](#)

Divulga o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado da União, relativo ao período de janeiro a dezembro de 2021, com informações realizadas e registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI pelos órgãos e entidades da Administração Pública, integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

[PORTARIA SPU/ME Nº 2.509, DE 18 DE MARÇO DE 2022.](#)

Dispõe sobre a destinação de imóveis de uso especial de domínio da União para fins de racionalização do uso e compartilhamento de áreas entre órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, e dá outras providências.

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

[PORTARIA SOF/ME Nº 2.520, DE 21 DE MARÇO DE 2022.](#)

Divulga a Portaria SOF/SETO/ME no 42, de 14 de abril de 1999, atualizada, e revoga os atos que menciona.

INFORMATIVOS

NOTÍCIAS

TERCEIRIZAÇÃO.

[Decisões sobre terceirização: ausência de fiscalização e inadimplemento dos encargos trabalhistas.](#)

DISPENSA DE LICITAÇÃO e ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.

[Licitação dispensável para contratar organizações sociais – uma supressão da Lei nº 14.133/2021.](#)

INOVAÇÃO.

[Entendendo e Gerenciando a Inovação.](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

[Empreitada semi-integrada com projeto executivo acima de R\\$300 mil: a Lei nº 14.133/21 impõe o tipo técnica e preço? Já é possível, conforme nova Lei de Licitações, firmar uma ata de registro de preços por dispensa ou inexigibilidade?](#)

ARTIGOS

DIÁLOGO COMPETITIVO.

[O diálogo competitivo na nova lei de](#)

NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

[licitações e contratos da administração pública.](#)

GESTÃO DE RISCOS.

[A gestão de riscos como instrumento para a aplicação efetiva do princípio constitucional da eficiência.](#)

COMPLIANCE e INOVAÇÃO.

[O compliance na gestão da secretaria de inovação da Universidade Federal de Santa Catarina.](#)

[Programa de compliance como exigência em licitações: análises em prol da qualificação do processo licitatório no contexto da Lei 14.133/2021 e O controle das contratações públicas na nova lei de licitações: o que há de novo?](#)

GESTÃO DE RISCOS.

[Motivadores e inibidores da adesão à Gestão de Riscos em Instituições Federais de Ensino Superior.](#)

ATOS

BOLETIM DO TCU.

[Boletim de Jurisprudência nº 390](#)

[Boletim de Jurisprudência nº 391](#)

[Boletim de Pessoal nº 98](#)

JULGADOS

CONTROLES E GOVERNANÇA

ACOMPANHAMENTO RELATIVO À REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, TENDO COMO OBJETO O TEMA 'RECOMENDAÇÕES DA CGU E DAS UNIDADES INTERNAS DE AUDITORIA GOVERNAMENTAL' (BIÊNIO 2019/2020)

[ACÓRDÃO Nº 383/2022 – TCU – Plenário.](#)

1.6. recomendar à Controladoria-Geral da União, com fundamento no art. 11 da Resolução-TCU 315/2020, que:

1.6.1. induza a utilização do e-Aud por parte das unidades de auditoria

DIREITO PROCESSUAL. PARTE PROCES SUAL. DENUNCIANTE. ATO PROCESSUAL. LEGITIMIDADE. RECURSO.

[Boletim de Jurisprudência nº 391](#)

Acórdão 380/2022 Plenário

Ao denunciante não admitido como parte no processo, por não demonstrar razão legítima para ser habilitado nos autos, não cabe o exercício de prerrogativas processuais, a exemplo da interposição de recursos, por falta de legitimidade.

interna das IFES, para fins de monitoramento do cumprimento de recomendações decorrentes dos trabalhos de auditoria;

1.6.2. oriente as unidades de auditoria interna das IFES quanto à utilização dos termos relativos aos status das recomendações constantes da IN CGU 5/2021, que devem constar dos Planos e Relatórios Anuais de Auditoria (art. 19, §1º, da referida Instrução Normativa); e

1.6.3. estude a viabilidade de criação de módulo aberto de consultas no sistema e-Aud, ou da inclusão no Portal Brasileiro de Dados Abertos, ou da utilização de qualquer outro meio que julgar mais adequado, a fim de promover a transparência das informações relativas ao monitoramento e acompanhamento da implementação das recomendações (da CGU e das unidades de auditoria interna das IFES) pelas unidades auditadas.

GESTÃO DE PESSOAS

PESSOAL. APOSENTADORIA. PROVENTOS. IRREDUTIBILIDADE. VERBA ILEGAL. EXCLUSÃO.

[Boletim de Jurisprudência nº 390](#)

Acórdão 788/2022 Primeira Câmara
A redução de proventos de aposentadoria, com a exclusão de parcela concedida em desacordo com a lei, não ofende o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

APOSENTADORIA. RENÚNCIA. REQUISITO. DESAPOSENTAÇÃO.

ACUMULAÇÃO DE CARGO PÚBLICO. REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. PROFESSOR. COMPATIBILIDADE DE HORÁRIO. APOSENTADORIA.

[Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão 517/2022 Primeira Câmara
É legal a acumulação de proventos decorrentes de duas aposentadorias de professor em regime de dedicação exclusiva quando o exercício do segundo cargo tenha ocorrido após a aposentação no primeiro, uma vez que, nessa

**TEMPO DE SERVIÇO.
AVERBAÇÃO DE TEMPO DE
SERVIÇO. MARCO TEMPORAL.
EXCEÇÃO. CONSULTA.**

[Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão
193/2022 Plenário

A partir do Acórdão 193/2022-TCU-Plenário, não é possível renúncia a aposentadoria vinculada a regime próprio de previdência com objetivo de contagem de tempo de contribuição já utilizado, em outro benefício, seja vinculado a regime próprio, seja vinculado ao regime geral, em razão de não haver previsão legal do direito à desaposentação para os servidores públicos. Constitui ressalva a essa regra a renúncia formal à aposentadoria estatutária nos casos em que o servidor não houver usufruído efetivamente a condição de aposentado no cargo anterior (recebimento de proventos sem a contraprestação laboral), sejam os cargos acumuláveis ou não, nos termos da [Constituição Federal](#).

**ATO SUJEITO A REGISTRO.
REVISÃO DE OFÍCIO.
DECADÊNCIA. ANISTIADO.
APOSENTADORIA.
TRANSPOSIÇÃO DE REGIME
JURÍDICO.
INCONSTITUCIONALIDADE.**

[Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão
206/2022 Plenário

A revisão de ofício de atos de aposentadorias, reformas ou pensões flagrantemente inconstitucionais não está sujeita ao prazo de cinco anos estabelecido no art. 260, § 2º, do [Regimento Interno](#)

hipótese, resta observado o requisito da compatibilidade de horários.

**APOSENTADORIA. VANTAGEM
OPÇÃO. PARIDADE. EXCLUSÃO.
PODER JUDICIÁRIO. REVISÃO DE
OFÍCIO.**

[Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão
784/2022 Primeira Câmara

Ainda que o ato de aposentadoria não possa mais ser objeto de revisão de ofício, o TCU pode determinar a exclusão da vantagem “opção” dos proventos de servidor do Poder Judiciário aposentado com a regra da paridade que tenha feito jus à vantagem pelo exercício de função comissionada (redação original do art. 18, § 2º, da [Lei 11.416/2006](#)), tendo em vista a modificação da estrutura remuneratória promovida pela [Lei 12.774/2012](#), a qual, ao alterar aquele artigo, excluiu os servidores ocupantes de função comissionada da faculdade de opção prevista no dispositivo.

**TEMPO DE SERVIÇO. ALUNO-
APRENDIZ. REQUISITO.
CERTIDÃO. CONTAGEM DE
TEMPO DE SERVIÇO.**

[Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão
677/2022 Segunda Câmara

Para que o tempo de serviço prestado como aluno-aprendiz seja computado para fins de aposentadoria, a certidão que o fundamenta deve, em observância à Súmula TCU 96, fazer referência, simultaneamente, a (i) retribuição em prestação pecuniária ou em auxílios materiais (ii) à conta do

[do TCU](#), pois não incide decadência em atos administrativos que violam diretamente a Constituição Federal, a exemplo de aposentadoria de servidor oriundo de empresa pública extinta que foi, com base na [Lei 8.878/1994](#), anistiado e reintegrado com transposição do regime de trabalho, de celetista para estatutário, ato que viola o dispositivo constitucional que exige a aprovação em concurso público para a ocupação de cargo público, conforme entendimento do STF no MS 35.409/DF.

ATO SUJEITO A REGISTRO. ALTERAÇÃO. APOSENTADORIA. REFORMA (PESSOAL). PENSÃO. PRESCRIÇÃO.

[Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão 493/2022 Primeira Câmara Considera-se ilegal ato de alteração, que aumente o valor dos proventos ou benefícios, editado mais de cinco anos após a concessão inicial da aposentadoria, pensão ou reforma. O prazo prescricional para a promoção de melhorias em atos de pessoal é de cinco anos, contados da concessão inicial (art. 2º do [Decreto 20.910/1932](#)).

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. REQUISITO. SERVIÇO PÚBLICO. VÍNCULO. INTERRUPTÃO.

[Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão 497/2022 Primeira Câmara A contagem de tempo relativo a cargo público pregresso para percepção de adicional por tempo de

orçamento da União, (iii) à título de contraprestação por labor (iv) na execução de bens e serviços destinados a terceiros, (v) em montante correspondente a uma fração da renda auferida com a execução das encomendas.

ATO SUJEITO A REGISTRO. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. JURISPRUDÊNCIA. RETROATIVIDADE.

APOSENTADORIA. PENSÃO. [Boletim de Pessoal nº 98](#) Acórdão 785/2022 Segunda Câmara Parcela de proventos considerada legal em ato de aposentadoria registrado pelo TCU há mais de cinco anos, de acordo com a jurisprudência da época, não pode ser considerada ilegal quando da apreciação do correspondente ato de pensão em razão de nova interpretação do Tribunal sobre a matéria, diante da vedação à aplicação retroativa de entendimentos jurisprudenciais em desfavor do administrado (art. 2º, parágrafo único, inciso XIII, da [Lei 9.784/1999](#) e art. 24 do [Decreto-lei 4.657/1942](#) - Lindb).

serviço somente é permitida quando houver simultaneidade entre a vacância de um cargo e a ocupação de outro, pois o rompimento do vínculo jurídico do servidor com a Administração Pública Federal é obstáculo ao restabelecimento de vantagens da [Lei 8.112/1990](#), independentemente do momento em que o servidor é investido novamente em outro cargo público federal, se antes ou depois da revogação da legislação que instituiu a vantagem anteriormente concedida.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

RESPONSABILIDADE. LICITAÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. SOLIDARIEDADE. VÍCIO. EXCEÇÃO.

[Boletim de Jurisprudência nº 391](#) Acórdão 368/2022 Plenário

A autoridade homologadora é responsável solidariamente pelos vícios identificados nos procedimentos licitatórios, exceto se forem ocultos, dificilmente perceptíveis. A homologação se caracteriza como ato de controle da autoridade competente sobre todos os atos praticados na respectiva licitação. Esse controle não pode ser tido como meramente formal ou chancelatório, mas como ato de fiscalização.

CAPACITAÇÕES SUGERIDAS

TEMÁTICA	CURSO	CARGA HORÁRIA
Análise e Ciência de Dados	Fundamentos da LGPD	15
	Governança de Dados	30
	Análise de Dados em Linguagem R	20

	<u>Matemática Financeira</u>	20
	<u>Análise de Dados como Suporte à Tomada de Decisão</u>	30
	<u>Estatística</u>	20
Comunicação	<u>ForPDI - Plano de Desenvolvimento Institucional para IES</u>	20
	<u>Para Fazer uma Exposição</u>	20
	<u>Linguagem simples aproxima o governo das pessoas. Como usar?</u>	20
	<u>Portal Gov.Br</u>	15
Direito e Legislação	<u>Decreto nº 10.139/2019 Revisão e Consolidação de Atos Normativos Infralegais</u>	5
	<u>Segurança Química em Laboratórios de Ensino e Pesquisa</u>	40
	<u>Segurança em Máquinas e Equipamentos NR12</u>	8
Educação e Docência	<u>A construção dos livros didáticos do PNLD</u>	30
	<u>A importância do PNLD</u>	30
	<u>Active Methodologies</u>	25
	<u>Ambientes Digitais de Aprendizagem</u>	30
	<u>Aprendizagem Organizacional e Trilhas de Aprendizagem</u>	30
	<u>Desenho Instrucional para Soluções de Capacitações Presenciais</u>	40
	<u>Desenvolvimento de Objetos e Atividades de Aprendizagem</u>	30
	<u>Design Instrucional e Tecnologia com Articulate Storyline 360</u>	20
	<u>Design Instrucional para Nativos e Imigrantes Digitais</u>	30
	<u>Design Thinking Aplicado à Educação</u>	25
	<u>Economia do Desenvolvimento Comportamental em Políticas Públicas</u>	20

	<u>Etapas e procedimentos PNLD</u>	30
	<u>Formação de Facilitadores de Aprendizagem</u>	40
	<u>Gestão de Projetos Educacionais</u>	30
	<u>Inovações em Tecnologia Educacional</u>	25
	<u>Instructional Design and Technology with Articulate Storyline 360</u>	20
	<u>Materiais Didáticos do PNLD para o Novo Ensino Médio</u>	30
	<u>Metodologias Ativas</u>	25
	<u>Noções Básicas para Coordenar Cursos On-line</u>	20
	<u>PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático</u>	30
	<u>PNLD Literário</u>	10
	<u>Redação Oficial: Tópicos Essenciais</u>	20
	<u>Teletrabalho e Educação a Distância</u>	8
	<u>Temos que dar aulas remotas... E agora?</u>	10
Estratégia e Planejamento	<u>Administração Pública e Contexto Institucional Contemporâneo</u>	20
	<u>Ágil no contexto do serviço público</u>	15
	<u>Análise e Melhoria de Processos</u>	20
	<u>Contratações Públicas Sustentáveis</u>	20
	<u>Elaboração de Indicadores de Desempenho Institucional</u>	25
	<u>Elaboração do Plano Plurianual 2020-2023</u>	20
	<u>Gestão da Estratégia com BSC - Fundamentos</u>	20
	<u>Introdução à Gestão de Projetos</u>	20
	<u>Planejamento Estratégico para Organizações Públicas</u>	40
	<u>Planejamento Governamental</u>	20

	Problem-Solving Skills	25
Ética e Cidadania	Acessibilidade em espaços de uso público no Brasil	20
	Acessibilidade em espaços edificados de uso público	20
	Acessibilidade em Espaços Urbanos	16
	Controle Exercido por Conselhos de Assistência Social	30
	Direitos Humanos: Uma Declaração Universal	20
	Educação em Direitos Humanos	30
	eMAG Conteudista	20
	eMAG Desenvolvedor	30
	Empresas e Direitos Humanos	30
	Ética e Serviço Público	20
	Formação de Multiplicadores da Série ?Eu e Meu Dinheiro?	10
	Gestão de Finanças Pessoais	20
	Introdução à Audiodescrição	40
	Introdução à Gestão e Apuração da Ética Pública	24
	Introdução à Libras	60
	MigraCidades: Aprimorando a Governança Migratória Local	30
	Mudança do Clima e Gestão de Risco Climático: Conceitos Fundamentais	24
	Panorama Teórico dos Direitos Humanos no Brasil	30
	Promoção dos direitos da população em situação de rua	30
	Proteção a direitos humanos: prevenção e proibição da tortura	30
Protocolos Sanitários Preventivos contra o Novo Coronavírus	1	

	<u>Uma Introdução às Migrações Internacionais no Brasil Contemporâneo</u>	40
Gestão da Informação e do Conhecimento	<u>Acesso à Informação e Ouvidorias do Ministério Público</u>	20
	<u>Geoinformação na SPU ? conceitos, fundamentos e tecnologias</u>	80
	<u>Gestão da Informação e Documentação - Conceitos Básicos em Gestão Documental</u>	20
	<u>Gestão do Conhecimento no Setor Público</u>	20
	<u>Gestão Documental</u>	30
	<u>Introdução à Lei Brasileira de Proteção de Dados Pessoais</u>	10
	<u>Introdução às Práticas Arquivísticas</u>	27
	<u>Noções Gerais de Direitos Autorais</u>	10
	<u>Projeto de Interface para Serviços Digitais</u>	20
	<u>Sistema Eletrônico de Informações - SEI! ADMINISTRAR</u>	40
	<u>Sistema Eletrônico de Informações - SEI! USAR</u>	20
	Gestão de Pessoas	<u>Comissão de PAR</u>
<u>Gestão de Conflitos e Negociação</u>		20
<u>Gestão de Equipes em Trabalho Remoto</u>		20
<u>Gestão por Competências</u>		40
<u>Introdução ao Sistema Sigepe - AFD</u>		10
<u>Lei nº 8.112/90 e suas alterações</u>		40
<u>Liderança e Gestão de Equipes</u>		30
<u>Noções básicas do Trabalho Remoto</u>		10
<u>Provas no Processo Administrativo Disciplinar</u>		20

	<u>Redação Oficial e Noções de SEI e suas aplicações</u>	10
	<u>Siape Cadastro</u>	40
	<u>Siape Folha</u>	40
Gestão Pública	<u>Avaliação de Impacto de Programas e Políticas Sociais</u>	36
	<u>Avaliação Ex-Post de Políticas Públicas</u>	25
	<u>Elaboração Legislativa no Executivo: Legística, Governança e Avaliação</u>	30
	<u>Estruturas de Gestão Pública</u>	30
	<u>Estruturas Organizacionais do Poder Executivo Federal - Siorg</u>	15
	<u>Gestão de Comportamento nas Organizações</u>	10
	<u>Gestão de Políticas Públicas para Pequenos Negócios</u>	40
	<u>Gestão de políticas públicas para pequenos negócios ? Aquisições públicas</u>	40
	<u>Gestão de Riscos em Processos de Trabalho (segundo o Coso)</u>	20
	<u>Sustentabilidade na Administração Pública</u>	28
Governo e Transformação digital	<u>Administração de Serviços na Nuvem de Governo</u>	30
	<u>Análise de riscos para contratações de TIC</u>	20
	<u>Aprendendo com Python</u>	20
	<u>Avaliação da qualidade de serviços como base para gestão e melhoria de serviços públicos</u>	20
	<u>Cadastro de Informações sobre serviços no Portal Gov.br</u>	20
	<u>Criatividade e Novas Tecnologias no Serviço Público</u>	10
	<u>Defesa do Usuário e Simplificação</u>	20

	<u>Estudo Técnico Preliminar Avançado para Contratação de Soluções de TIC</u>	20
	<u>Fiscalização e Gestão de Contratos de TIC</u>	20
	<u>Governança de TIC no contexto da transformação digital</u>	20
	<u>Governança de TIC para o Governo Digital</u>	40
	<u>Governo Aberto</u>	40
	<u>Inteligência Artificial no Contexto do Serviço Público</u>	20
	<u>Mundo Conectado ? Manual de Sobrevivência</u>	10
	<u>Novas Tecnologias para a Transformação Digital</u>	20
	<u>O papel do DevOps na Transformação Digital dos Serviços Públicos</u>	20
	<u>Planejamento da Contratação de Soluções de TIC</u>	20
	<u>Proteção de Dados Pessoais no Setor Público</u>	15
	<u>Segurança da Informação no Contexto da Transformação Digital</u>	20
	<u>Sistema Eletrônico de Informações - Sei! Usar - Acessível</u>	20
	<u>Transformação Digital no Serviço Público</u>	20
Inovação	<u>Abertura de empresas: como redesenhar e simplificar processos</u>	20
	<u>Ações Inovadoras da CGU</u>	20
	<u>Direito e Novas Tecnologias</u>	5
	<u>ForRisco - Gestão de Riscos para IES</u>	20
	<u>Gestão da Inovação no Setor Público</u>	20
	<u>Pesquisa com usuários: como ouvir cidadãos e empresas para melhorar seus serviços</u>	20
	<u>Primeiros passos para uso de Linguagem Simples</u>	8

	<u>Princípios do Design Thinking e Inovação em Governo</u>	10
	<u>Segurança em Máquinas e Equipamentos NR12 - Apreciação e Redução de Risco</u>	22
	<u>Uso do Design em Políticas Públicas</u>	20
Liderança	<u>A liderança pública em tempos de crise</u>	10
	<u>Desenvolvendo Times de Alta Performance</u>	30
	<u>Gestão Pessoal - Base da Liderança</u>	50
	<u>Inteligencia Emocional</u>	50
Logística e Compras Públicas	<u>Aplicação de Penalidades nos Contratos Administrativos</u>	32
	<u>Como Fiscalizar com Eficiência Contratos Públicos</u>	20
	<u>Contratações de Encomendas Tecnológicas</u>	30
	<u>Curso Básico de Licitações - Enfrentando (e vencendo) tabus</u>	60
	<u>Elaboração de Plano de Logística Sustentável</u>	40
	<u>Elaboração de Termos de Referência para Contratação de Bens e Serviços</u>	20
	<u>Fiscalização de Projetos e Obras de Engenharia</u>	40
	<u>Formação de Pregoeiros - Teoria</u>	20
	<u>Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos</u>	40
	<u>Habilidades de Resolução de Problemas</u>	25
	<u>Noções Introdutórias de Licitação e Contratos Administrativos</u>	30
	<u>Prevenção e Detecção de Cartéis em Licitações</u>	30
	<u>SCDP - Aprovação e Pagamento</u>	25
	<u>SCDP - Solicitação de Afastamento do Servidor</u>	20

	<u>Termo de Referência para Contratação de TIC - Avançado</u>	20
Orçamento e Finanças	<u>Básico em Orçamento Público</u>	30
	<u>Ciclo de Gestão do Investimento Público</u>	20
	<u>Contabilidade com Foco na Gestão da Informação Contábil</u>	20
	<u>Contabilidade com Foco na Gestão do Orçamento Público</u>	20
	<u>Contabilidade com Foco na Gestão do Patrimônio Público</u>	21
	<u>Demonstrativo do Resultado da Avaliação Atuarial - DRAA</u>	60
	<u>Educação Fiscal - Estado e Tributação</u>	40
	<u>Educação Fiscal - Orçamento e Coesão Social</u>	40
	<u>Federalismo e Federalismo Fiscal no Brasil</u>	35
	<u>Gestão de Convênios para Concedentes</u>	25
	<u>Gestão Orçamentária e Financeira</u>	20
	<u>Instrumentos de Planejamento: PPA, LDO e LOA</u>	14
	<u>Introdução ao Orçamento Público</u>	40
	<u>Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Novo Regime Fiscal (NRF)</u>	30
	<u>Orçamento Público</u>	40
	<u>Siafi Básico</u>	35
	<u>Siafi Ordens Bancárias</u>	30
	Transparência, Controle e Participação	<u>Acesso à Informação</u>
<u>Atividade Correccional - Visão Geral</u>		25
<u>Controle Social</u>		20

<u>Controles Institucional e Social dos Gastos Públicos</u>	30
<u>Controles na Administração Pública</u>	30
<u>Elaboração de Relatórios de Auditoria</u>	24
<u>Fundamentos da Integridade Pública: Prevenindo a Corrupção</u>	25
<u>Gestão em Ouvidoria</u>	20
<u>Normas Internacionais de Auditoria Financeira - NIA</u>	40
<u>Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias</u>	20
<u>Técnicas de Auditoria Interna Governamental</u>	24
<u>Tratamento de Denúncias em Ouvidoria</u>	20



Copyright © 2022 Auditoria Interna IFS, All rights reserved.

Julgados, normativos, capacitações e informativos que possam interessar aos servidores e colaboradores do IFS.

Our mailing address is:

Auditoria Interna IFS
Rua Francisco Portugal, 150
Aracaju, Se 49020-390
Brazil

[Add us to your address book](#)

Want to change how you receive these emails?
You can [update your preferences](#) or [unsubscribe from this list](#).

